

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores da
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo – São Paulo**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Imocop Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Imocop Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Priscila Moscardini Soares Diniz
Contador CRC 1SP289386/O-0

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.604	2.015	Impostos e contribuições a recolher		180	163
Aplicações financeiras	7	13.585	10.878	Dividendos a pagar	13	1.243	1.120
Contas a receber de clientes	8	1.028	1.003				
Impostos a recuperar		103	105	Total do passivo circulante		1.423	1.283
Total do ativo circulante		17.320	14.001	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Operações de mútuo	13	63.771	63.770	Provisão para contingências	12	108	108
Depósitos judiciais	12	108	108	Passivo fiscal diferido		45	44
Outras contas a receber	9	773	773	Total do passivo não circulante		153	152
Propriedade para investimento	10	6.507	5.855	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		71.159	70.506	Capital social		21.127	21.127
				Reserva legal		4.225	4.125
				Reserva de retenção de lucros		60.949	57.218
				Reservas de reavaliação		602	602
				Total do patrimônio líquido	14	86.903	83.072
				Total do passivo		1.576	1.435
Total do ativo		88.479	84.507	Total do passivo e patrimônio líquido		88.479	84.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas líquidas	16	<u>4.895</u>	<u>4.733</u>
Lucro bruto		<u>4.895</u>	<u>4.733</u>
Despesas administrativas	17	(229)	(234)
Outras despesas		<u>(141)</u>	<u>(133)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>4.525</u>	<u>4.366</u>
Receitas financeiras	18	<u>1.532</u>	<u>1.229</u>
Resultado financeiro líquido		<u>1.532</u>	<u>1.229</u>
Resultado antes dos impostos		<u>6.057</u>	<u>5.595</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	<u>(983)</u>	<u>(887)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>5.074</u></u>	<u><u>4.708</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	<u>5.074</u>	<u>4.708</u>
Resultado abrangente total	<u>5.074</u>	<u>4.708</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total
Em 2023	21.127	3.889	53.864	602	-	79.482
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.708	4.708
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	236	-	-	(236)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.118)	(1.118)
Retenção de lucro	-	-	3.354	-	(3.354)	-
Em 2024	21.127	4.125	57.218	602	-	83.072
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.074	5.074
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	100	-	-	(100)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.243)	(1.243)
Retenção de lucro	-	-	3.731	-	(3.731)	-
Em 2025	21.127	4.225	60.949	602	-	86.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		5.074	4.708
Ajustado por:			
Depreciação	10	140	132
Variações nos ativos e passivos:			
Outros créditos		2	(3.819)
Contas a receber de clientes	8	(817)	(30)
Impostos e contribuições a recolher		747	318
Caixa gerado pelas atividades operacionais		5.146	1.309
Imposto de renda e contribuição social pagos		(730)	(448)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.416	861
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	7	(2.707)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(2.707)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(1.120)	(1.103)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(1.120)	(1.103)
Aumento / (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		589	(242)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril		2.015	2.257
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março		2.604	2.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Imocop Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) tem sede na capital do estado de São Paulo e tem como objeto social a administração por conta própria ou de terceiros de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras sociedades.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, são evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicada.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota 4. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3.2.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de maio de 2025.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para ambos os exercícios social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 46 (item 93.g.).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando aplicável o valor justo, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

3 Informações de Políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas aplicando as políticas contábeis materiais de maneira consistente.

3.1 Mudanças nas políticas contábeis materiais

As revisões de normas emitidas, até a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia, estão apresentadas a seguir. A Companhia avaliou essas alterações e não identificou impacto decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

- I. *Alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants.* A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas de *covenants*.
- II. Alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos: passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*)
- III. Alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: Divulgação sobre acordos de financiamentos de fornecedores
- IV. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis: ausência de permutabilidade

3.2 Políticas contábeis materiais

A Companhia têm aplicado as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando mencionado de outra forma.

3.2.1 Receita operacional

A Companhia avalia os contratos com clientes para a venda de bens e serviços de locação, arrendamento e parceria, que serão objeto de reconhecimento de receita em conformidade com o regime contábil de competência, e identifica os bens ou serviços prometidos em cada um deles.

As receitas de vendas são reconhecidas quando o controle é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre no ato da entrega do bem ou quando o serviço é prestado. Neste momento, a Companhia satisfaz a obrigação de performance. Para os serviços de aluguel, veja nota 3.2.7 - Ativos arrendados.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente: (i) produto ou serviço (ou grupo de produtos ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de produtos ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda do bem ou serviço e é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos com clientes, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseados em parâmetros de mercado. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e de 2024, a Companhia auferiu receita operacional apenas de serviços de locação de bens (aluguel) de suas propriedades para investimento e a receita foi reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As prestações de serviços de locação são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

3.2.2 Receitas financeiras

Compreende aos rendimentos de aplicações financeiras.

3.2.3 Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido

O lucro presumido consiste na aplicação de percentuais sobre a receita para se obter a presunção de lucro a ser tributado. Sobre o resultado obtido, são aplicadas as alíquotas de imposto de renda (15% e 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses) e contribuição social (9%).

3.2.4 Propriedade para investimento

As Propriedades para investimento da Companhia são as propriedades mantidas para auferir receita de aluguel e para valorização de capital. As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo e são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição ou à construção de uma propriedade para investimento, incluindo os juros capitalizáveis dos empréstimos para essa destinação.

3.2.5 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou a VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no VJR do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

(iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2.6 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

3.2.7 Ativos arrendados

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial pelo seu custo histórico. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis da Companhia como arrendador no exercício comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2).

3.2.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo e o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual pertence o ativo.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, a base dos clientes por *rating* conforme análise da área de crédito, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de vendas" como perdas de créditos estimadas em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, o valor recuperável é alocado para a UGC, ou grupo de UGCs, a qual o ativo corporativo pertence em uma base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou sua UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs e, então, se ainda houve perda remanescente para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

3.2.9 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.10 Aplicações financeiras

A totalidade dos recursos aplicados pela Companhia foram em operações com prazos superiores a três meses, contados a partir da data da contratação, e foram inicialmente mensurados a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, de acordo com suas respectivas classificações, que têm como base a forma de gestão desses recursos e suas características de fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras são ativos financeiros que dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa representados, exclusivamente, por pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, cujo objetivo da Companhia seja recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais. Os títulos são apresentados no ativo circulante em função de suas expectativas de realização. A receita de juros dessas aplicações é calculada utilizando-se o método de juros efetivos.

3.2.11 Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidos na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas de crédito esperadas (PECLD).

A Administração realiza avaliação e, caso seja necessário constitui provisão para perdas de crédito esperadas, a qual é constituída com base em análise individual das contas a receber em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na sua realização.

3.2.12 Operações de mútuo

As transações com partes relacionadas abrangem movimentações sobre mútuo entre entidades do Grupo.

3.2.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.2.14 Outras contas a receber

As outras contas a receber são direitos a receber por bens vendidos no curso normal dos negócios. A Companhia reconhece suas outras contas a receber no ativo não circulante, em razão do recebimento ser devido em período superior à um ano, ao valor da fatura correspondente.

3.2.15 Dividendos a pagar

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei.

4 Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- (i) Propriedade para investimento (nota 10); e
- (ii) Arrendamento mercantil operacional (nota 15).

As estimativas e premissas contábeis são revisadas de forma contínua. O efeito das revisões das estimativas contábeis e reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia no período em que tais revisões são efetuadas.

5 Novos pronunciamentos já emitidos, mas ainda não adotados pela Companhia

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 (1º de abril de 2025 no caso da Companhia). A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

5.1 IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in the Financial Statements* em substituição IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* correspondente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (1º de abril de 2027 no caso da Companhia). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- i.* As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- ii.* As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- iii.* Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perda, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas. A Cooperativa e suas controladas também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

5.2 Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- i.* Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

ii. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco - conta movimento	159	194
Aplicações financeiras	<u>2.445</u>	<u>1.821</u>
Total	<u>2.604</u>	<u>2.015</u>

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, em CDB, remunerados substancialmente a 100% da variação do CDI-CETIP (Certificado de Depósito Interbancário), possuindo liquidez diária e possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda no rendimento (102% da variação do CDI-CETIP em 31 de março de 2024).

7 Aplicações financeiras

	Taxa média %a.a.	2025	2024
	100% do CDI - 2025		
Aplicações financeiras	(102% do CDI - 2024)	13.585	10.878

As aplicações financeiras são classificadas ao custo amortizado e referem-se a aplicações no país em certificados de depósitos bancários (CDB), pós fixados com liquidez diária, com prazo de 1 ano.

8 Contas a receber de clientes

	Nota	2025	2024
Mercado interno		235	244
Partes relacionadas	13	<u>793</u>	<u>759</u>
Total do ativo circulante		<u>1.028</u>	<u>1.003</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 11.

Os critérios para avaliação das “perdas de crédito esperadas” estão divulgados na Nota Explicativa nº 3.2.11.

9 Outras contas a receber

	2025	2024
Venda de imóveis	631	631
Outros	<u>142</u>	<u>142</u>
Total do ativo não circulante	<u>773</u>	<u>773</u>

10 Propriedade para investimento

Custo	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Total
2024	3.380	3.310	6.690
Adições (a)	-	792	792
2025	3.380	4.102	7.482
Depreciações			
2023	-	(702)	(702)
Depreciações do exercício	-	(133)	(133)
2024	-	(835)	(835)
Depreciações do exercício	-	(140)	(140)
2025	-	(975)	(975)
Valor líquido contábil:			
Em 2024	3.380	2.475	5.855
Em 2025	3.380	3.127	6.507

(a) Benfeitoria em imóveis próprios que foram compensados com ativos financeiros. Desta forma, a adição não envolveu desembolso de caixa.

A Companhia possui os seguintes imóveis mantidos como propriedade para investimento: Estação Experimental em Camamu - BA; Centro de Tecnologia em Piracicaba - SP; e Fazenda em Paulínia - SP, por meio de arrendamento mercantil operacional.

Para as duas primeiras propriedades o contrato vigora até 05 de agosto de 2028. Para a fazenda em Paulínia – SP, o contrato vigora até 01 de setembro de 2029, com opção de renovação por mais 5 anos. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

Foi realizado o laudo a valor de mercado dos imóveis acima mencionados para as demonstrações financeiras de 31 de março de 2024 e que representavam R\$ 242.840. A Administração, com base em seus especialistas internos, entende que não houve mudanças significativas nas premissas aplicadas na metodologia, como informações históricas, localização, área total e entre outras para a realização de um novo laudo.

Os imóveis são depreciados linearmente e possuem vida útil média de 25 anos, com taxa de 4% ao ano.

11 Instrumentos financeiros

11.1 Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A classificação depende da finalidade para a qual os financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial.

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

	Valor contábil		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
Custo amortizado				
Banco - conta movimento (nota 6)	159	194	159	194
Aplicações financeiras (nota 6 e 7)	16.030	12.699	16.030	12.699
Contas a receber de clientes (nota 8)	1.028	1.003	1.028	1.003
Outras contas a receber (nota 9)	773	773	773	773
Operações de mútuo (nota 13)	63.771	63.770	63.771	63.770
	81.761	78.439	81.761	78.439
Passivos				
Custo amortizado				
Dividendos a pagar (nota 13)	1.243	1.120	1.243	1.120

Não há instrumento financeiro mensurado ao valor justo após o reconhecimento inicial.

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

11.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los.

Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como “prioritários” são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada.

11.2.1 Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento (aplicações financeiras).

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito, e acompanhando permanentemente o saldo devedor dos clientes. A Companhia possui o Comitê de crédito composto pela diretoria comercial e financeira que aprovam ou recusam tais solicitações de crédito.

As análises possuem validade de até um ano e são compostas, basicamente, por três parâmetros:

- (i) Análise quantitativa, contendo avaliação criteriosa dos índices econômico-financeiro relativos a endividamento, liquidez, rentabilidade e ciclos operacionais, entre outros, relativos a balanços patrimoniais dos últimos três exercícios fiscais;
- (ii) Análise qualitativa, que deve conter a estrutura societária, consultas aos órgãos fiscais, Sintegra, Receita Federal e empresa contratada que oferece diversas soluções para Consulta de Crédito, relatório de visita técnica, representatividade do cliente no setor em que atua, tempo de atuação no mercado, referências comerciais, relação dos principais fornecedores, relação dos bens da empresa e/ou dos sócios; e

- (iii) Análise de garantias, examinadas pelas áreas Financeira e Jurídica e solicitadas sob o critério da discricionariedade de sua administração.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	2025	2024
Banco - conta movimento (nota 7)	159	194
Aplicações financeiras (nota 6 e 7)	16.030	12.699
Contas a receber de clientes (nota 8)	1.028	1.003
Outras contas a receber (nota 9)	773	773
	<u>17.990</u>	<u>14.669</u>

Perdas por redução no valor recuperável

A Companhia possui saldos referentes ao contas a receber de clientes para a avaliação de perdas esperadas, o qual é aplicada a metodologia simplificada através de uma matriz de provisão aglutinado o contas a receber por características comuns dos clientes, como o “aging list” e rating de crédito, permitindo a análise do comportamento dessas características, combinada com valores.

11.2.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

11.2.3 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais para mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando, assim, a eficácia de custos e evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

12 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

	Provisões Tributárias	Depósito Judicial Tributárias
Em 31 de março de 2023	(108)	108
Em 31 de março de 2024	(108)	108
Em 31 de março de 2025	(108)	108

O processo tributário refere-se às contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia.

13 Partes relacionadas

Contas a receber de clientes (a)	Nota	2025	2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	8	793	759

(a) Contas a receber dos arrendamentos.

Operações de mútuo com partes relacionadas (b)	2025	2024
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo	37.377	37.376
Arrepar Participações S.A.	26.394	26.394
	63.771	63.770

(b) Contratos de mútuo com vencimento em 01 de abril de 2026 e sem a incidência de qualquer encargo financeiro.

Dividendos a pagar	2025	2024
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo	863	777
Arrepar Participações S.A.	380	343
	1.243	1.120

Receita de arrendamento (c)	2025	2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	4.691	4.496

(c) Receita de arrendamento das propriedades para investimento.

A remuneração da Administração é divulgada nas Demonstrações Financeiras da Controladora Cooperativa Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

14 Patrimônio líquido

(i) Capital social

O capital social subscrito da Companhia está representado em 31 de março de 2025 e 2024 por 246.871.690 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente aos seguintes acionistas:

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

	Quantidade de ações	Representatividade
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo	171.381.605	69,4213%
Arrepar Participações S.A.	<u>75.490.085</u>	<u>30,5787%</u>
	<u>246.871.690</u>	<u>100,0000%</u>

(ii) Reserva de reavaliação

Decorrem de bens destinados à venda, cujo imposto de renda e contribuição social diferidos estão destacados no passivo não circulante.

(iii) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iv) Reserva de retenção de lucros

Os lucros acumulados apurados até 31 de março de 2025 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reservas de lucros, e estão à disposição dos acionistas. Nos termos do art. 199 da Lei nº 6.404/76.

(v) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação dos resultados dos exercícios de 31 de março

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	5.074	4.708
Reserva legal	(100)	(236)
Lucro líquido do exercício ajustado	4.974	4.472
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	(1.243)	(1.118)
Reserva de lucro	3.731	3.354

15 Arrendamento mercantil operacional

A Companhia arrenda sua propriedade para investimento mantida sob arrendamento operacional. Os recebimentos mínimos futuros sob arrendamentos são os seguintes:

	2025	2024
Até um ano	4.948	4.885
Acima de um ano - até cinco anos	13.279	18.027
Mais de cinco anos	-	193
Total	<u>18.227</u>	<u>23.105</u>

A Companhia reconheceu no exercício de 31 de março de 2025 a receita bruta de aluguel de R\$ 5.080 (R\$ 4.912 em 31 de março de 2024).

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025**16 Receitas líquidas****Fluxos da receita**

A Companhia gera receita principalmente pela prestação de serviço de locação.

	2025	2024
Receita líquida de locação	4.895	4.733

Abaixo, a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2025	2024
Receita bruta	5.080	4.912
Menos:		
Impostos sobre locação	<u>(185)</u>	<u>(179)</u>
Total de receita	<u>4.895</u>	<u>4.733</u>

17 Despesas por natureza

	2025	2024
Publicações	(24)	(20)
Serviços de auditoria	(125)	(120)
Serviços de assessoria administrativa	(48)	(24)
Serviços advocatícios	(6)	(37)
Taxas / Custos processuais	(25)	(30)
Despesas diversas	<u>(1)</u>	<u>(3)</u>
Total	<u>(229)</u>	<u>(234)</u>

Classificado como:

Administrativas	(229)	(234)
-----------------	--------------	--------------

18 Receitas financeiras

	2025	2024
Rendimentos com aplicações financeiras	1.532	1.229

19 Despesa com imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram calculados pelo regime de lucro presumido, gerando as despesas conforme demonstradas a seguir:

	<u>2025</u>		<u>2024</u>	
	Base presumida	Tributo	Base presumida	Tributo
IRPJ	2.962	(716)	2.680	(646)
CSLL	2.962	<u>(267)</u>	2.680	<u>(241)</u>
Total		<u>(983)</u>		<u>(887)</u>

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2025

Luis Roberto Pogetti
Diretor Presidente

Tomás Caetano Manzano
Diretor Superintendente

Julio Alvarez Boada
Diretor

Lara Nascimento Bacellar
Diretora

Thiago Fontoura Struminski
Diretor

Contadora responsável

Vanessa Siqueira Samejima
CRC 1SP 238.292/O-0